

O POPULISMO NA AMÉRICA LATINA E EUROPA: PARTICIPAÇÃO OU CORROSÃO DEMOCRÁTICA?

Bianca de Arruda(1)

Danillo Gustavo da Nóbrega(2)

Francisco Pires Isaac Ofugi(3)

João Veigas dos Santos Junior(4)

Maria Clara Miranda Pereira(5)

RESUMO: O presente artigo visa oferecer uma revisão de literatura que contemple os principais autores contemporâneos dedicados a investigar as formas de interação do populismo com a democracia liberal. A partir das contribuições da teoria da democracia representativa sobre a democracia liberal, busca-se, com a exposição de estudos acerca da capacidade de infiltração do populismo nas instituições democráticas através de seus mecanismos políticos e eleitorais, refletir sobre o caráter responsivo da democracia liberal e sua relação com a crescente de sentimentos de insatisfação, autoritarismo e desconfiança, que acabam sendo alimentados por políticos populistas e utilizados, ou não, para a corrosão da democracia.

Palavras-chave: Populismo; democracia liberal; participação política; Autoritarismo; América Latina; Europa

(1) Bacharel em Ciência Política (UnB)

(2) Graduando em Ciência Política (UnB)

(3) Graduando em Ciência Política (UnB) e Direito (UniCeub)

(4) Graduando em Ciência Política (UnB)

(5) Graduanda em Ciência Política (UnB)

INTRODUÇÃO

A relação do populismo com a participação é fundamental para a análise da ascensão de líderes populistas. Isto porque o populismo pressupõe a participação como um meio para a consecução de seus objetivos políticos, estimulando que os cidadãos corroborem suas narrativas de modo a conferir legitimidade a elas, ignorando, por vezes, os intermediários tradicionais. Neste sentido, observar esta relação e seu conteúdo — positivo ou negativo — se faz de extrema importância, considerando o surgimento das variedades de populistas no mundo nos últimos anos.

Em contraposição às formas mais diretas de participação propostas pelo populismo, temos a democracia liberal, que instituiu uma série de procedimentos necessários para a canalização da participação popular, como, por exemplo, a representação partidária. Assim, é tradicional que a arena legislativa seja o ambiente onde as demandas populares encontrem direção. Esses procedimentos de intermediação partidária também podem variar com mecanismos de ordem mais direta, como referendos e plebiscitos, ou proposições de iniciativa popular (com um quórum estabelecido), como

no caso brasileiro.

A forma liberal da democracia se tornou uma espécie de norma entre as nações do mundo, principalmente a partir do pós-guerra, o que significou um avanço, já que isso popularizou a concepção de que o povo deveria participar cada vez mais das decisões. Contudo, a participação, limitada a períodos eleitorais, se tornou um fim em si mesma, funcionando mais como uma disputa entre facções do que um canal aberto para os cidadãos, enquanto outras formas de participação mais qualitativas foram deixadas de lado e vistas como utópicas, visto que não dariam conta de fatores como a densidade populacional das nações, sua estrutura organizativa e a inexistência de uma cultura associativa em muitos países. Desta forma, a democracia liberal pode ser vista como limitadora da participação dos cidadãos e concentradora do poder nas mãos de uma elite política (Pateman, 1970).

A partir destes limites presentes na democracia como adotada, surgem crises de legitimação, como escândalos de corrupção e a incapacidade de responder a consideráveis problemas sociais, que podem ter possibilitado a ascensão de líderes populistas - já que estes se caracterizam pela crítica ao establishment vigente na sociedade. Consequencialmente, os efeitos do empoderamento de tais lideranças agora se manifestam ao redor do globo como chave explicativa para a chamada crise da democracia, sintomática em processos como nacionalismo, exclusão e ataque de minorias sociais e étnicas e no crescimento de sentimentos contra o sistema e as instituições políticas (Casimiro, 2021).

Diante dos fatos apresentados, o presente texto visa oferecer uma base sólida para o debate referente às consequências do populismo para a democracia a partir das análises sobre a forma em que se dá a ascensão dos políticos populistas, e fortalecidos pelas contribuições da teoria da democracia representativa. Especificamente, debateremos os textos de Aguillar e Carlin (2018), no qual estabelecem a relação entre populistas e a mobilização de personalidade autoritária no processo eleitoral, e de Ruth-Lovell, Lührmann & Grahm (2019), que buscam diagnosticar o impacto de governos populistas nas instituições democráticas e em componentes participativos.

CANDIDATOS POPULISTAS E ELEITORES AUTORITÁRIOS

O conceito de personalidade autoritária foi introduzido pela primeira vez por Theodor Adorno, sociólogo e expoente da escola de Frankfurt, em 1950 na obra *A Personalidade Autoritária Ontem e Hoje*, e tem sido expandido por diversos outros autores desde então. De tal forma, a personalidade autoritária se define por uma alta conformidade aos valores sociais vigentes, pela necessidade de ordem e um apreço por lideranças fortes e estáveis (Aguillar; Carlin, 2018, p. 397). Portanto, são pessoas que reagem mal a mudanças de qualquer tipo nos valores aceitos pela sociedade e anseiam pela manutenção e recrudescimento da moral e ordem social referentes ao status quo ao qual foram introduzidas em seus anos de formação.

A personalidade autoritária, como descrita na teoria, tem uma ligação direta com o populismo de forma que se espera que estes tipos tendam a se acoplar a populistas de direita e conservadores por acreditarem que eles podem, possivelmente através do autoritarismo, restaurar o status quo afetado pelas mudanças sociais ou por eventuais crises. Um exemplo deste fenômeno seria o movimento "Make America Great Again" encabeçado por Donald Trump e que traz em seu próprio nome esse desejo de retornar a um status quo considerado ferido. Por outro lado, estas pessoas rejeitariam os políticos de esquerda em geral por comumente proporem mais mudanças na sociedade

ao invés do retorno aos valores tradicionais (Aguillar; Carlin, 2018, p.399).

Aguilar e Carlin (2018) em *Populist voters: The role of voter authoritarianism and ideology* propõem, a partir da conceituação existente em torno da personalidade autoritária, um experimento com o objetivo de determinar se a associação entre eleitores autoritários e candidatos populistas é válida tanto para políticos de direita quanto de esquerda ou se estes eleitores de fato rejeitam as ideias de esquerda como ameaças ao status quo, mesmo que apresentadas em um enquadramento populista.

Para tanto, os pesquisadores mediram a reação do eleitorado chileno identificado como tendo a predisposição autoritária diante de dois enquadramentos da mesma candidata, Roxana Miranda, uma populista de esquerda que se apresentava ao pleito presidencial de 2013 em meio a uma grave crise na democracia do país, marcada pelo envolvimento das elites políticas tradicionais em esquemas de corrupção, ou seja, a conjuntura clássica para a ascensão de líderes populistas. Sendo assim, foram recrutados 605 eleitores chilenos, dos quais metade foi exposta a um vídeo da candidata no qual ela realiza um discurso de enquadramento populista, apresentando uma contraposição entre elite corrupta e povo puro, e a outra metade a um trecho no qual ela realiza uma fala sem esse enquadramento, ambos, contudo, claramente veiculando uma mensagem ideologicamente de esquerda. Após isso, se coletou dados quanto à intenção de votos na candidata. (Aguillar; Carlin, 2018, p. 400-403)

Com o fim de identificar quais respondentes possuíam inclinações autoritárias, também foi realizada a seguinte pergunta sobre valores importantes na criação de crianças:

Pensando nas qualidades que as crianças podem ser incentivadas a aprender em casa, se você tivesse que escolher, quais você considera as cinco mais importantes que as crianças aprendam? E dentre as escolhidas, numere-as em ordem de importância onde 1 é o menos importante e 5 é o mais importante.

Boas maneiras
Independência
Sentimento de responsabilidade
Imaginação
Obediência
Estar limpo e arrumado
Curiosidade

Destas qualidades, eleger obediência e boas maneiras indicavam a predisposição autoritária, enquanto imaginação e independência apontam para uma postura liberal.

A partir dos dados coletados, o estudo aponta que os autoritários rejeitaram a candidata demonstrando pouco ou nenhum interesse em elegê-la, independentemente de terem assistido ao corte com ou sem o enquadramento populista. Além disso, quando questionados se Miranda era uma boa líder, os entrevistados autoritários que assistiram ao enquadramento populista a avaliaram mais negativamente do que aqueles do outro grupo. (Aguillar; Carlin, 2018, pp.404-409)

Levando em conta os resultados do experimento realizado por Carlin e Aguilar (2018), possui-se base empírica para afirmar que a relação entre políticos populistas e eleitores autoritários é condicionada pela ideologia adotada pelo candidato, não sendo um fenômeno constante para todo o espectro político-ideológico. Ademais, a avaliação da liderança de Roxana Miranda demonstra que autoritários podem ser refratários ao discurso populista a depender da ideologia do populista e a

ameaça ao status quo que ele representa.

Apesar do experimento entregar resultados pertinentes quanto ao seu objetivo de testar a relação entre a personalidade autoritária e populistas, é importante destacar alguns pontos fracos da conclusão apresentada. Primeiramente, apesar de fundamentada e indicativa da predisposição autoritária, o emprego de apenas uma única pergunta para avaliar o perfil dos respondentes deixa a desejar. Também é um tanto quanto problemática a escolha do caso, pois a candidata escolhida, Roxana Miranda, obteve apenas 1,27% dos votos no pleito presidencial de 2013, colocando em xeque os resultados obtidos, já que a variável observada era exatamente a intenção de voto. Desta forma, a aplicação dos resultados ao contexto geral é duvidosa, mas não deixa de ser um estudo de caso pertinente para a compreensão da mobilização da identidade por parte de populistas.

O SUCESSO DE ELEITORAL DE PARTIDOS POPULISTAS

O populismo é tipicamente visto como uma chamada para mudança sistêmica, retirando a política dos moldes tradicionais e trazendo-a de volta para as mãos do povo, e é associado a cenários de crise, os quais são representados de diferentes formas a depender da região, mais especificamente na Europa e América Latina. Razões que levam ao populismo envolvem algum formato de mudança social que move grupos para a marginalização, crises econômicas concluindo em insatisfação populacional, corrupção generalizada e má governança, é importante, entretanto, manter em mente a limitação empírica do estudo realizado apenas nos continentes citados. Bruno Castanho Silva, o autor do capítulo "Populist success: a qualitative comparative analysis", do livro *The Ideational Approach to Populism*, procura entregar uma resposta-teste para quais combinações de causas a macro-nível levaram para o sucesso eleitoral de partidos populistas e quais padrões e combinações sociais acarretaram para esse cenário.

Dentro dessa perspectiva, Castanho Silva (2018) discute que a perda absoluta de confiança dos cidadãos em instituições políticas, um fenômeno a nível individual que é engatilhado por contextos factuais marcados por representação política disfuncional, má governança e conluio de elite, caracterizam-se como inegociáveis para as causas imediatas para apoio de populistas.

O autor defende que os resultados populistas são conectados a ideias populistas, a explicação foca em como o conjunto proposto de causas leva indivíduos a ver a politicagem como um contraste entre oposição moral e elites ruins. Propondo que esse discurso, marcado pela negatividade do povo com o sistema político inteiro, fomenta um desejo pela reinvenção de instituições políticas, ressoando através da insatisfação com tais instituições, emergindo pelo populismo angariado pelas falhas na representação democrática, perdendo a confiança da população nas instituições representativas.

Especificamente, Castanho Silva afirma que a corrupção generalizada, junto com falhas nas políticas, levam a sociedade a rejeitar o estabelecimento político e desejar por sua renovação. Conjuntamente, a falta de responsabilidade dos partidos governantes, onde forças políticas se distanciam do eleitorado, pois convergem a um centro tecnocrático ou cedem soberania para forças econômicas globais, alimentando um censo abrangente de falta de representação popular nacional contribuem para a quebra dessa espiral por partidos populistas através da politização de problemas que estavam na discussão pública e abordando preocupações reais de eleitores ignoradas por partidos políticos mainstream.

Enquanto o argumento lida com atitudes populistas, pode ser traduzido para uma perspec-

tiva mais geral, se a raiz da causa de apoio populista é desconfiança institucional, então deve ser relacionada para o resultado central de comportamento, portanto, para Castanho Silva, o apoio eleitoral para com populistas, as condições que levam os indivíduos a abraçarem tais partidos está diretamente ligado a esses fatores.

Populismo na América Latina.

Avaliando o caso da América Latina, ainda a partir da obra “Populist success: a qualitative comparative analysis”, do livro *The Ideational Approach to Populism*, é perceptível como a má governança tomou um papel estelar na ascensão do populismo na região. Para a corrupção, Castanho Silva (2018) usa a medida *Corruption Perceptions Index*, o qual olha os dados distribuídos e avalia a performance governamental, levando em consideração como os governos desempenham seus papéis, pontos como infraestrutura, serviços públicos e sociais, burocracia e serviço civil. Além disso, o conluio de elite também é avaliado pelo autor, informando-se, antes das eleições codificadas, o governo estudado realizou uma coalizão com partidos de direita e centro-esquerda, em casos de grandes coalizões, onde dois ou mais partidos grandes são aliados em governabilidade, eleitores podem considerar que votar para um ou outro não faz diferença.

Um exemplo de coalizão foi o governo do Partido dos Trabalhadores, no Brasil, cuja coalizão envolvia partidos conservadores pequenos, como Partido Progressista e o Partido Republicano Brasileiro. Adicionalmente à corrupção alta e coalizões, a falta de recessão econômica e jovialidade da democracia explicam os mesmos fatores, incluindo países como Argentina, Bolívia, Equador, México, Peru e Venezuela. Tais grupos de populismo na América Latina traduzem o sucesso de Evo Morales, Rafael Correa, Andrea Manuel López Obrador, Ollanta Humala e Nicolás Maduro. Esse caminho confirma outros achados sobre esses casos, como o sucesso populista em um cenário de prosperidade econômica, ou falta de uma crise econômica, entretanto, que mesmo assim causa erupção na confiança pública na classe política (Castanho Silva, 2018).

O que o estudo também demonstra é uma falta de coalizões anteriores à eleição analisada. Nesses casos, o sucesso do populismo não foi associado com o sistema de partidos onde forças líderes se tornaram aliadas, explicação que pode se aplicar melhor a crises de representação na Europa, de certa maneira, foi o sucesso do populismo na região que refletiu o sucesso do partido na liderança. Essas condições contribuíram para o populismo outsider e o mantimento de poder, demonstrando a complexidade do assunto e desafiando a noção de sucesso populista apenas graças ao voto contra governos corruptos ou elites em governo, um fenômeno perceptível e a ser discorrido, no estudo de partidos europeus populistas da oposição.

Populismo na Europa

Dentro do contexto europeu, é destacada a importância de mudanças sociais trazidas pela globalização e reestruturação de clivagens políticas, que levaram ao aumento de um desejo e pensamento social pelos “velhos tempos”, entre grupos sociais que perderam prestígio e empregos, cuja maioria são trabalhadores braçais. Tal explicação, todavia, não se aplica à América Latina, já que os setores historicamente reconhecidos por populistas são aqueles que estão ou sempre foram marginalizados. Por outro lado, razões aplicáveis à América Latina, como alta corrupção, são difíceis de vender em vários casos europeus mais relevantes.

À Áustria, Holanda, Suíça e Grécia foi suficiente haver uma falta de presidencialismo e falta de

recessão econômica, em conjunto a uma grande coalizão, formando a condição necessária para o sucesso do populismo. A situação econômica era irrelevante, a ausência de recessão no ano anterior à eleição foi uma condição imprescindível, facilitadores institucionais não se mostraram demasiadamente significantes, a falta de presidencialismo é presente como uma condição e a representação proporcional é ausente na equação. Em oposição à América Latina, indicadores de má governança não estão incluídos sem corrupção ou governança ineficiente. A desconexão entre elites políticas e massas que dão ascensão ao populismo vem de outra fonte que é a falha na prestação de contas da representação política, ou accountability.

Um terceiro caminho incomum pode ser estudado na Espanha, a falta de presidencialismo, aumento de desemprego e ser uma democracia jovem, levaram ao populismo. A situação fora da curva do país se destaca ainda mais pela falta de uma grande coalizão anterior às eleições onde populistas foram bem-sucedidos. Porém, o fator de maior relevância se mostra na falha dos dois grandes partidos no governo em trazer o país à ascensão econômica pré-recessão de 2008. Conjuntamente, não se trata de um governo corrupto e ineficiente, que o equipara completamente à América Latina, principalmente por não possuir um sistema presidencial, utilizando da representação proporcional para a eleição na câmara baixa, equivalente à câmara dos deputados.

Percebe-se que as atitudes populistas permanecem adormecidas entre o público e, através do enquadramento, podem ser ativadas dadas as condições contextuais corretas. A teoria sugere que as condições que levam os indivíduos a perderem completamente a confiança nas instituições políticas, como os casos europeus dissertados, estão ligadas com buracos na representação política e assumem diferentes formas: corrupção, ineficiência do Estado e representação política inadequada por parte dos partidos governantes (Castanho Silva, 2018).

Das Diferenças e Semelhanças Entre os Contextos Apresentados

Se tratando do fenômeno do populismo, é necessário ressaltar que, apesar das características comuns que cercam todos os populistas, existe um conjunto de circunstâncias que diferem a conjuntura dos dois continentes. Primeiramente, a recente onda de novos líderes populistas sucede a crise mundial da democracia conjurada por sua incapacidade de remediar os danos materiais impostos pela crise financeira de 2008, sendo esse o motivador principal da demanda por populistas e um fator que assemelha as realidades da Europa e América Latina (Fraser, 2018).

Ao mesmo tempo, as discrepâncias são múltiplas. Além dos evidentes contextos social e histórico dos continentes, cabe destacar, por sua centralidade para o discurso populista, os fatos mobilizados com o fim de reunir o povo em torno de uma liderança. Quanto à Europa, a política migratória e a relação com a União Europeia foram centrais para a ascensão de populistas tanto de direita quanto de esquerda em países como Inglaterra, Grécia, Hungria e diversos outros. Enquanto, na América Latina a corrupção foi um dos principais fatores que comprometeram lideranças tradicionais na região em favor de populistas (Weyland, 2024).

Neste sentido, concluímos que apesar da existência de um contexto macro que une os fenômenos de ascensão de líderes populistas ao redor do globo, é fundamental prestar a devida atenção aos fatos locais que são aproveitados por estes políticos na construção da figura do inimigo e do povo puro no sentido de estabelecer a dicotomia que é cerne do discurso populista.

A DICOTOMIA DO POPULISMO: ENTRE A MOBILIZAÇÃO POPULAR E A CORROSÃO DEMO-

CRÁTICA

Sendo assim, analisaremos brevemente casos tidos como positivos e negativos de governantes que procuraram driblar essas formas processuais tradicionais, por vezes omissas, e que nem sempre podem representar um risco para a democracia do país como um todo, fazendo-se notar uma certa ambiguidade quanto ao impacto populista na relação entre instituições como os parlamentos e a sociedade.

Os casos são os de Jair Bolsonaro, no Brasil, onde o então presidente fomentava narrativas negativas relacionadas aos meios tradicionais de representação e às instituições fiscalizadoras, como o TSE e o STF. As ações populistas de Bolsonaro culminaram em uma invasão de seus apoiadores à sede dos três poderes após a posse do presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva, em uma clara tentativa de reversão do resultado eleitoral desfavorável a ele.

Nos Estados Unidos, Donald Trump também adotou narrativas anti-institucionais semelhantes que visavam reverter o resultado eleitoral do pleito que declarou Joe Biden como vencedor na ocasião. Ele estimulou seus apoiadores a irem contra a sede do Parlamento norte-americano. Por fim, temos o caso do atual presidente colombiano, Gustavo Petro, que, apesar das constantes tentativas de formar uma base governamental, não obteve o sucesso que esperava pelas vias tradicionais. E, com isso, o presidente decidiu recorrer a seu eleitorado para apoiá-lo em seus projetos que não avançaram no parlamento colombiano, driblando assim o processo tradicional liberal.

Em todos esses casos, é observável a recusa dos meios tradicionais de representação e sua forma processual. No entanto, nos casos de Trump e de Bolsonaro, o teor das mobilizações é indiscutivelmente corrosivo para a democracia. No caso de Petro, não se observa tal movimento, visto que o presidente visa desenvolver um apoio popular para seus projetos, que estão sendo travados pela ausência de maioria parlamentar e que não contém nenhum tipo de agressão à democracia. A ambiguidade aqui levantada quanto ao impacto populista na democracia foi objeto de estudo de Kurt Weyland (2024). O autor quis “desmistificar” o impacto negativo do populismo sobre a democracia de uma maneira universal. Ele argumenta que os danos potenciais do populismo dependem de muitos fatores e que a eleição de um líder populista não significará necessariamente a previsão de declínio democrático (Weyland, 2024).

Assim, uma liderança populista que não consegue dialogar com um legislativo intransigente ideologicamente e, portanto, não consegue aprovar seus projetos, e por isso recorre às massas para impulsionar as instituições, este movimento pode ser considerado corrosivo em todos os casos? E como fica a dimensão participativa nesta questão? Para tentarmos avaliar esta questão, observamos um artigo do Instituto V-Dem, que busca mensurar o impacto populista sobre seus índices de democracia, dividindo o conceito de democracia em cinco componentes para observar o seu aumento ou a sua diminuição ao longo dos anos e em diferentes conjunturas. São eles:

1.Índice de democracia eleitoral: observa a existência e a qualidade das eleições livres, a liberdade de associação e o acesso a fontes alternativas de informação.

2.Índice de componente liberal: procura captar as restrições ao Estado e ao governo sobre as minorias e a proteção das liberdades individuais. Observa também as restrições horizontais ao poder executivo (judiciário e legislativo).

3.Índice de componente deliberativo: observa como estão se dando as capacidades de construção

de um consenso que vise o bem-estar de todos os grupos a partir de uma deliberação racional sobre os assuntos públicos.

4.Índice de componente participativo: preocupa-se em apontar os graus de envolvimento dos cidadãos no governo, seja no âmbito local ou nacional. Observa também os aspectos organizacionais da sociedade civil.

5.Índice de componente igualitário: procura medir o nível de acesso aos recursos e se ele se dá de uma forma nivelada.

Sendo o componente participativo o mais interessante para a nossa análise, vamos observar os resultados do instituto com relação ao impacto populista na dimensão participativa da democracia. Considerando que o populismo enxerga o povo como fonte de toda a autoridade política, espera-se que o impacto do populismo no índice de componente participativo (concernente ao nível de participação popular nas decisões) seja positivo, pois teria um estímulo à participação integral dos cidadãos. Porém, os resultados obtidos seguiram na direção negativa, não correspondendo às expectativas, não alcançaram significância estatística para corroborar o impacto. Sendo assim, não é possível, com base nesses dados, afirmar que o populismo será necessariamente benéfico para o componente participativo da democracia e nem que será negativo.

Com a descrição dos problemas aqui levantados, é notório que o populismo e seu componente centrado no povo podem ter diferentes versões e, em algumas delas, encontrar certa aderência institucional e democrática, como no caso de Petro. Isso pode propiciar um aumento da expressão popular nas decisões, já que o conteúdo de suas pautas não procurava solapar nenhuma instituição, mas sim, pressioná-las quanto às demandas de interesse popular que estavam sendo negadas por simples arranjo político, como é o caso da situação insustentável do presidencialismo de coalizão em muitos países e, nesse caso, na Colômbia.

Já nos casos de Trump e Bolsonaro, é claro que o foco no povo de seus populismos visava apenas corroer as instituições democráticas e impor a sua vontade aos demais. Ou seja, ainda que focado na participação, o teor de suas aspirações era visivelmente prejudicial e procurava alterar o estabelecimento institucional a seu bel-prazer.

No entanto, é bem verdade que há muito tempo as instituições legislativas não procuram refletir a vontade do povo nas suas decisões, favorecendo, muitas vezes, os interesses de grupos sociais mais ricos e organizados. Há reflexos disso também em sua relação com o executivo, que, por sua vez, não consegue apoio para seus projetos, que algumas vezes podem ser prioritários para a população. Esse tipo de relação gera debates sobre a efetividade do pluralismo liberal no que tange à participação, isto porque ela se torna cada vez mais esporádica e menos ativa (Pateman, 1970).

A exploração do sentimento de sub-representação causado pelas instituições legislativas liberais pode ser um caminho fértil para a ascensão de lideranças populistas, que tendem a concentrar em si o poder de resolver as complexidades sociais, ao invés de promover verdadeiramente a participação popular mais distribuída e democrática. Diante disso, como será o futuro da democracia e da participação popular em um contexto marcado pelo populismo e pela insatisfação com as estruturas representativas?

CONCLUSÃO

A vasta literatura sobre populismo apresenta como norte a tensão entre este e a democracia liberal (Cassimiro, 2021). Os estudos que analisam a eleição de populistas e o governo destes são capazes de confirmar que o sentimento de insatisfação com as instituições da democracia liberal é central no fortalecimento de políticos e partidos populistas, impulsionando a tomada do poder por estes e possibilitando a ruptura das barreiras democráticas.

Além disso, a percepção de uma crise, seja essa causada pelos mais diversos fatores, a depender da região analisada, como o aumento generalizado da corrupção, a crescente de movimentos imigratórios, defesa dos direitos das minorias, entre outros, é fundamental para o crescimento de manifestações de cunho populista e para a eleição de políticos outsiders, que empenham de discursos pelo retorno dos “velhos tempos”. Desta forma, o populismo não pode ser visto como um fenômeno alheio à democracia liberal, mas sim como uma consequência das falhas do sistema estabelecido. Marcadamente, a recessão causada pela crise financeira do subprime e a incapacidade dos governos liberais de fornecer uma solução satisfatória para a população engendrou a presente ascensão de lideranças populistas críticas ao establishment, sejam de direita ou esquerda (Mouffe, 2019).

Apesar dos esforços de Weyland (2024) para desmistificar o impacto negativo da ascensão dos populistas no poder, a partir da afirmação de que a eleição de um líder populista não significará, necessariamente, a previsão de declínio democrático, não faltam exemplos de que existe, por parte dos populistas de extrema-direita nos últimos anos, como Donald Trump, nos Estados Unidos, e Jair Bolsonaro, no Brasil, a intenção de mobilização das insatisfações populares — consistindo, assim, a ativação de atitudes populistas, como conceituada por Silva (2018) — com a democracia liberal em direção ao ataque das instituições democráticas, observadas nas tentativas de invasão do Capitólio em 2021 e do Congresso Nacional 2023.

A insatisfação popular é central para o desenvolvimento de estudos sobre a ascensão de populistas e o declínio da capacidade de responsividade da democracia liberal, cada vez mais, agentes populistas de extrema-direita são capazes de mobilizar o caráter autoritário (Aguillar; Carlin, 2018) em direção ao ataque às instituições democráticas, assim como propagar a ideia da corrupção da classe política e sua falta de vontade de atender às necessidades do “povo”, que faz surgir a necessidade da eleição de personalidades de fora desse campo. Existe, portanto, um norte a ser explorado pelos futuros estudos sobre os componentes qualitativos da democracia, a fim de explorar possibilidades em termos de diminuição do caráter danoso dos populistas no controle de instituições democráticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, R.; CARLIN, R. E. Populist voters: The role of voter authoritarianism and ideology. **The Ideational Approach to Populism**. Londres: Routledge, 2018. p. 396-418.

CASSIMIRO, P. H. P. Os usos do conceito de populismo no debate contemporâneo e suas implicações sobre a interpretação da democracia. **Revista Brasileira De Ciência Política**, Brasília, n. 35, e242084, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.35.242084>. Acesso em: 16 out 2025.

FRASER, N. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 40, p. 43-64, 2018.

MANUCCI, L. (Ed.). (2022). The Populism Interviews: A Dialogue with Leading Experts. Taylor & Francis. Cap 11, 12 e 20

MOUFFE, C. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RUTH-LOVELL, S. P.; LÜHRMANN, A.; GRAHN, S. **Democracy and populism: Testing a contentious relationship**.

Gothenburg: V-Dem Institute, 2019. (V-Dem Working Paper, n. 91).

SILVA, B. C. Populist success: A qualitative comparative analysis. **The Ideational Approach to Populism**. Londres: Routledge, 2018. p. 279-393.

WEYLAND, K. **Democracy's Resilience to Populism's Threat**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-73, 2024.